

CP

Técnico Responsável nº 32...

Execução ao Nível 2 – BT(IU)

Lisboa, 15-02-2020

Exma. Senhora

Provedora de Justiça

Venho por este meio apresentar a Vossa Excelência a minha profunda indignação devido ao procedimento impróprio e sentimento de falta de legalidade por parte da atuação da empresa edp distribuição. Neste sentido solicito que proceda junto da empresa edp distribuição apresentação por parte desta entidade resposta a todas as perguntas no contexto da obrigatoriedade de apresentação de uma declaração relativamente à responsabilidade de equilibrar bem e de forma homogénea as cargas da coluna montante.

Algumas semanas atrás fui surpreendido por uma exigência processual recente para a finalização de uma alteração do sistema de entrada de trifásico para monofásico numa habitação.

A exigência processual recente trata-se de uma Declaração (segue em anexo) e com este documento assinado eu seria o responsável pela boa distribuição de potências da coluna montante do edifício.

Ora, perante tal exigência a qual me indignou profundamente e sem conseguir encontrar solução sem causar um enorme custo para o meu cliente questionei por email (segue em anexo) a edp distribuição sobre a razão da obrigatoriedade de apresentar a declaração.

Correio eletrónico enviado no dia 21 de janeiro 2020 (segue em anexo).

Como resposta relativamente às minhas questões:

Recebi por correio eletrónico (segue em anexo) da edp distribuição: “Pedido de informação (Contato nº 501436299046).

Passemos ao concreto e o que se pretende responsabilmente:

1. As minhas perguntas:

1.1 - Esta declaração é obrigatória ?

1.2 - Qual é a finalidade da obtenção desta declaração?

1.3 - Quais são as razões pressupostas para a obrigatoriedade da emissão da declaração quando o ponto 1(identificação do meu cliente) , supra mencionado, é uma entidade empresarial?

1.4 – No seguimento da informação fornecida pela edp distribuição, qual a razão existir obrigatoriedade de emissão da declaração para um cliente empresarial e a não obrigatoriedade quando é um cliente particular?

2. Como resposta da edp distribuição:

2.1 - “Precisamos que nos comprove a legitimidade para lhe podermos responder.” “Não podemos prestar quaisquer elementos ou informações, referentes a instalações relativas às quais não seja titular ou que não esteja devidamente mandatado para o efeito.”

2.2 – “Para que seja possível prestar aquelas informações, é imprescindível que nos remeta procuração passada pelo titular a favor do representante.”

Com este tipo de resposta a um Técnico Responsável de Execução ao Nível 2 (TR - EN2) acho muito provável que estejamos perante um abuso de poder muito grave, a todos os níveis.

É claramente uma enorme falta de conhecimento da realidade em detrimento dos Técnicos Responsáveis (EN2). E conforme vou relatar vou solicitar respostas que agradecia, por favor,

por intermédio de V. Exa. Sra. Provedora de Justiça que a entidade edp distribuição responda devidamente.

3. Relativamente á resposta da edp distribuição no ponto 2.1:

Ora eu como supra referenciado no meu email estou identificado e facilmente se comprova através do sítio da Direção Geral de Energia e Geologia(DGEG), mais, estou a lidar com a edp distribuição onde muito facilmente me encontram nos seus registos.

3.1 - Afinal como justificariam todos os Termos de Execução que emiti até hoje são válidos? Será só através da fotocópia dos cartões que “por vezes” são enviados via email ou apresentados aos balcões?

– Se realmente é só por este método é algo de enorme irresponsabilidade.

3.2 – A edp distribuição é a única entidade no país que gere as Ligações à Rede e o meu intuito de obtenção de respostas não tem carácter individual.

Não apresentei como referência o Código de Identificação do Local (cil), sou Técnico Responsável (TR - EN2), e como tal necessito de toda informação que eu necessitar importante para exercer qualquer obrigatoriedade para uma boa execução onde sou responsável por ela. Independente do tipo ou características do local.

Pergunto, em que documento se pode consultar as bases/causas da exigência da declaração solicitada que é exatamente o Balanceamento de Potências da Coluna Montante no momento de uma alteração do sistema de entrada trifásico para monofásico?

3.3 – O meu objetivo é executar um trabalho para o qual fui solicitado seguindo as Regras Técnicas com o menor custo para o cliente, pergunto, perante a presença de uma coluna montante onde está o registo do primeiro e último balanceamento de potências?

3.4 – Será que a edp distribuição com esta declaração responsabiliza-nos sem limite de tempo após a confirmação do primeiro registo de entrada da declaração? Irão existir sobre a mesma coluna várias declarações e se alguém não cumpriu devidamente o seu dever como se irá descobrir o culpado?

3.5 – Se efetivamente o registo escrito não é necessário para a conclusão do balanceamento de potências como podemos provar que o nosso trabalho foi de acordo com o pretendido na declaração?

3.5 – E sem registo escrito e devidamente verificado no local por entidade independente à edp distribuição e ao TR – EN2 como vou provar que qualquer acidente na coluna montante não foi da minha responsabilidade?

3.6 - Num enquadramento de fusível fundido (alojado no quadro de colunas ou portinhola) por motivos de sobrecarga, na situação de emissão de declaração sem qualquer registo relativo ao balanceamento, ou seja, simplesmente declaração eu posso ser responsabilizado por qualquer acidente ou prejuízo na coluna montante relativo à sobrecarga?

3.7 – Estará a edp distribuição tentar com a obtenção desta declaração afastar-se da responsabilidade por qualquer acidente que possa surgir ao nível da coluna montante?

3.8 – Após a emissão da declaração como a edp distribuição está a solicitar eu serei informado pelos serviços da edp distribuição que essa coluna montante vai ser alvo de outra alteração?

3.9 – No seguimento do ponto 3.8 os serviços da edp distribuição também seriam obrigados a enviar-me um aviso de intervenção ou estes serviços não necessitam de qualquer aviso ou emissão de declaração?

4. – Continuando, depois da emissão da minha declaração e algumas intervenções na mesma coluna por parte dos serviços da edp sem necessidade de emissão de declaração de responsabilidade, a quem seria atribuída a responsabilidade em caso de acidente (fusão dos fusíveis) na coluna?

4.1 – Depois de construída a coluna montante, com a devida certificação, esta passa a fazer parte integrante da rede, cuja exploração e manutenção é da inteira responsabilidade da edp distribuição. Pergunto, para que serve uma declaração emitida por mim?

4.2 Na análise do exposto a pretensão da edp distribuição é passar a responsabilidade da manutenção para os TR - EN2 e consequentemente irá afastar-se da responsabilidade de acidentes na coluna montante?

4.3 – No seguimento do ponto 4.1, diria a edp distribuição “ – exatamente, a declaração servirá para garantir que as potências ficam bem equilibradas por quem tem profissionalmente intervir na coluna montante.” Só que o “profissionalmente” implica que sejam só os técnicos devidamente certificados para o efeito possam realizar alterações na coluna montante ou também podem intervir os serviços da edp distribuição sem o mesmo título que eu? Ou o indivíduo (sem estar devidamente habilitado) que trabalha para o engenheiro electrotécnico, e este a única coisa que “executa” é a declaração?

4.4 – No seguimento, do ponto 4.3, penso que não seria legítimo senão a declaração teria sentido ambíguo e não é isto que se pretende. O objetivo é segurança. E esta inicia-se em processo de projeto, da primeira vez que vi uma ficha eletrotécnica rapidamente verifiquei que é um documento mal elaborado e muito incompleto para salvaguardar precisamente a segurança da coluna montante ao longo da sua vida. Pergunto, por que razão a edp distribuição não solicita à DGEG alteração da Ficha Eletrotécnica (FE) de modo a salvaguardar a exploração correta?

4.5 – Será que a DGEG já foi questionada... e só pelo facto da coluna montante passar imediatamente a constituir parte integrante da responsabilidade da edp distribuição inibiu-se deste processo da nova declaração? Pergunto, se o título de Técnico de Responsável é emitido pela DGEG onde está legitimidade da solicitação por parte de uma entidade independente em aplicar a obrigatoriedade da emissão de uma declaração em conformidade com as Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão se já existe uma?

4.6 – Seguindo o ponto 4.5, edp distribuição não deveria consultar a DGEG com a finalidade de solicitar o parecer da obrigatoriedade da declaração e assegurar-nos da sua legitimidade?

4.6.1 Mais, e analisar se não se deve à falta de responsabilidade da edp distribuição em salvaguardar o que lhe foi entregue de “bandeja” permitindo ao longo destes anos estas alterações sem existência de nenhuma prova de como eram bem efetuadas?

4.7 – E é precisamente agora com o avanço tecnológico, com novos electrodomésticos que possibilitam maior rapidez na elaboração de cozinhas como é o caso das placas de vidro e de indução que a edp distribuição verifica que anteriores ligações de trifásico a monofásico sem registo mas possibilitando a introdução destes aparelhos nas habitações associadas às colunas montantes levam a situações de sobrecargas nos fusíveis de entrada da coluna – inteiramente da responsabilidade da edp distribuição. Pergunto, não era dever da edp distribuição iniciar imediatamente a introdução desta declaração após a solicitação do primeiro pedido de alteração ou início do fornecimento de energia?

4.8 – Se passarmos esta obrigatoriedade para as situações do utilizador de instalações elétricas com a sua entrada vinda directamente da rede. Com a disposição: portinhola – contador de energia – quadro elétrico principal, a declaração vai ser obrigatória? Como é que podemos fazer o balanceamento de potência dos ramais?

4.9 – Seguindo o ponto 4.8, quem irá custear a boa manutenção da exploração da rede são só os proprietários cuja a sua entrada seja proveniente de coluna montante?

4.10 – Sendo assim, é o cliente que já paga um serviço de fornecimento de energia, com a declaração irá pagar um serviço de manutenção da coluna montante que não lhe pertence. Pergunto, por exemplo, com surgimento desta declaração todos os clientes abrangidos pela mesma coluna montante que queiram passar de trifásico para monofásico irão pagar pela declaração um custo (em alguns casos alto) que por ausência de um registo escrito será sempre reiniciado do quadro de colunas?

4.11 – A emissão de uma declaração implica muita responsabilidade e neste caso que toda a verdade venha ao de cima, quero dizer - o que está mal feito anteriormente. O meu cliente não deveria pagar pela sua reparação e é obrigado a pagar se quiser obter do TR – EN2 a tal declaração cujo o objetivo é o correto equilíbrio de fases. Pergunto, é justo um cliente pague pelos erros dos outros e da péssima gestão da edp distribuição?

4.12 – A única preocupação da edp distribuição é a finalização da realização do contrato de fornecimento de energia descurando completamente a segurança do utilizador. Se edp distribuição está agora tão preocupada com a segurança do cliente, porque razão ao longo da sua existência nunca se preocupou com a qualidade da instalação elétrica permitindo fornecimento de energia em habitações remodeladas cuja a instalação elétrica é executada por indivíduos (eletropedreiros) sem responsabilidade atribuída para a efetuar?

4.13 – No seguimento do ponto 4.12, um exemplo da atualidade: suponhamos que imóvel foi alvo de remodelação elétrica e sem obrigatoriedade de certificação para obtenção de contrato de fornecimento de energia elétrica e como todos sabemos um eletropedreiro é mais barato porque é isento da obrigatoriedade de seguir as Regras Técnicas com o conhecimento ou não do utilizador da habitação, mas a certa altura depara-se que a entrada é trifásica e deste modo não consegue que placa de indução funcione e a solução é contactar um TR – EN2 para iniciar o processo de trifásico para monofásico para emitir a declaração. O TR-EN2 verifica que a instalação não foi executada por um TR-EN2, colocando em causa vários factores de segurança. Pergunto, para cumprimento do nosso Regulamento de Regras Técnicas podemos alertar a edp distribuição que instalação elétrica da habitação não foi efetuada por quem devia e o perigo da sua utilização não foi devidamente avaliado e deste modo não poderá existir contrato de fornecimento de energia?

4.14 – No seguimento do ponto 4.13, se a edp distribuição não acatar a nosso alerta por alguma razão que espero saber, fica a pergunta, e sabemos que a DGEG não tem nenhum departamento com a finalidade de terminar de vez com esta injustiça. E se começarmos a procurar, nem as Finanças, nem a Segurança Social, nem o Ministério da Justiça e etc. Desde já também estarei inteiramente disponível em explicar como estas entidades comungam a mesma irresponsabilidade. Pergunto, qual é legitimidade de uma declaração para permitir o funcionamento de uma ilegalidade que viola directamente as regras em vigor e que são a base e a fundamentação da declaração?

Ora como a minha situação é grave exijo rapidez nas respostas, no máximo 15 dias úteis. Se, após o prazo terminar e sem as respostas irei recorrer ...

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me, apresentando os melhores cumprimentos,

Técnico Responsável – EN2

Segue em anexo: - Declaração – cargas distribuídas de forma equilibrada e homogénea.
- cópia Ficha Electrotécnica.

